

**GUARDA MUNICIPAL DE BELÉM****Termo de Referência/2026**

Processo Administrativo nº 72/2026

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**AQUISIÇÃO DE COLETES BALÍSTICOS NÍVEL III-A**, em execução ao convênio nº 952351/2023/SENASP/MJSP e atender a demanda da área operacional da Guarda Municipal de Belém.

A aquisição ocorrerá por meio de licitação na modalidade **PREGÃO**, em sua forma **ELETRÔNICA**, do tipo **"MENOR PREÇO POR LOTE"**, consoante a Lei Federal nº 14.133/2021, pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** para atender o disposto no art. 40, II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 3º, inciso II, do Decreto Municipal nº 107.923/2023 – PMB, e demais legislações vigentes pela conveniência das aquisições terem entregas parceladas, a fim de suprir as necessidades da GMB/PMB. nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 1					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	COLETE BALÍSTICO OSTENSIVO NÍVEL III A- TAM P	UND	38		
2	COLETE BALÍSTICO OSTENSIVO NÍVEL III A- TAM M	UND	204		
3	COLETE BALÍSTICO OSTENSIVO NÍVEL III A- TAM G	UND	85		
				<b>VALOR TOTAL: R\$ XXX.XXX,XX</b> <b>(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)</b>	

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 e Decreto Municipal nº 107.809 de 17 de julho de 2023.

O prazo de vigência da ata é de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (CATMAT), prevalecerá a especificação do Termo de Referência.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base na justificativa apresentada no documento de formalização da demanda (DFD), reproduz-se que o objeto é a **AQUISIÇÃO DE COLETES BALÍSTICOS NÍVEL III-A**, em execução ao convênio nº 952351/2023/SENASP/MJ e recompor o estoque operacional da Guarda Municipal de Belém por meio de Sistema de Registro de Preço. A contratação se justifica por tais razões:

O convênio nº 952351/2023-SENASP/MJ, tem como objeto o fortalecimento de ações de prevenção à violência e a criminalidade no ambiente escolar e seu entorno. A Guarda Municipal de Belém já vem desenvolvendo práticas preventivas na área de segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, para colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local. Entre os bens, instrumento deste convênio, está contemplada a aquisição de coletes balísticos, que assegurará a integridade física dos servidores e agentes que atuam diretamente nas ações de proteção escolar previstas no convênio, bem como em outras intervenções institucionais correlatas.

O convênio foi pactuado entre o município de Belém e o Ministério da Justiça, sendo a Guarda Municipal de Belém, o órgão executor e as aquisições estão consoantes com a relação dos bens aprovados no plano de trabalho, que contempla computador de mão (tablete), microcomputador completo, notebook, impressora multifuncional, caixa de som com tripé, microfone, câmera fotográfica, projetor de multimídia e tela de projeção e **89 (oitenta e nove) coletes balísticos nível III-A**. Os bens serão utilizados nas atividades que visam o fortalecimento da prevenção à violência e a criminalidade no ambiente escolar e seu entorno no município de Belém garantindo a segurança dos operadores da Segurança Pública.

**Recomposição de estoque.** A presente demanda visa à recomposição do estoque operacional da Guarda Municipal de Belém, totalizando 327 (trezentas e vinte e sete) unidades. Este quantitativo engloba, de forma prioritária, as 89 unidades destinadas a execução do Convênio no 952351/2023-SENASP/MJ. O saldo remanescente destina-se ao suprimento do déficit consolidado vigente e à substituição de lotes vencidos, cuja aquisição ocorrerá de forma gradual, condicionada à disponibilidade orçamentária.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- **COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A TAMANHO P, M e G:**
- Colete Balístico Completo, MASCULINO, com Capa e Blindagem a prova de balas; Nível III-A, que atenda aos requisitos mínimos da Norma NIJ Standard 0101.04 ou NIJ Standard 0101.06;
- Validade mínima da placa balística: 5 Anos;

Demais requisitos da descrição, conforme anexo deste termo de referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2. A empresa teve adotar a sustentabilidade ambiental, minimizando a geração de resíduos e acondicioná-los de maneira correta, desde coleta, armazenamento e transporte.

4.1.3. Que bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento

4.1.4. Realizar o descarte consciente dos resíduos produto do objeto contratado.

4.1.5. Utilização de bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.6. Deverão ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.1.7. Os bens, que necessitem, devem cumprir os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO.

4.1.8. Todos os resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos que necessitem de destinação ambientalmente adequada (incluindo embalagens vazias), deverão ter seu descarte adequado, obedecendo aos procedimentos de logística reversa, em atendimento à Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

#### **4.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

4.2.1. Na presente contratação não haverá indicação de marca (s) ou modelo (s), contudo só serão aceitos os bens que atendam as especificações constantes neste termo de referência.

4.2.2. Na presente contratação não será vedada nenhuma marca/produto desde que atenda as especificações e condições deste termo de referência

#### **4.3. Da exigência da amostra**

4.3.1. A empresa deverá apresentar a Guarda Municipal de Belém, no endereço determinado pelo Comando da GMB, 01 (uma) amostra de cada tamanho solicitado, conforme especificação detalhada no anexo deste Termo, em até 10 (dez) dia úteis após a convocação do Pregoeiro.

4.3.2. A(s) amostra(s) deverá (ão) estar(em) devidamente embalada(s) e identificada(s) na face externa com o número do pregão e o nome da empresa. No ato da entrega da amostra será fornecido um comprovante de entrega de amostra.

4.3.3. Caso a amostra apresentada não seja aprovada pela equipe técnica por estar em desacordo com as especificações, ficará à disposição da empresa para o recolhimento em até 10 (dez) dias úteis, e será solicitado para a empresa encaminhar nova amostra dentro de no máximo de 10 (dez) dias úteis para nova inspeção e/ou vistoria.

4.3.4. O aceite do item ficará condicionada à aprovação da amostra pela equipe técnica da Guarda Municipal de Belém indicada pelo Comando da instituição.

#### **4.4. Subcontratação**

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

#### **4.5. Garantia da contratação**

**4.5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos** artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### **5. VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

5.1. A duração do contrato de prestação de serviços será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, nos termos do art. 105, da Lei Federal nº 14.133/2021, com eficácia após a publicação do seu extrato no PNCP e Diário Oficial do Município, e poderá ser prorrogada por iguais e sucessíveis períodos, respeitada a vigência máxima decenal, com fundamento no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do valor, nos termos fixados no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **6.1. Condições de Entrega**

6.1.1. O prazo de entrega dos bens será de até 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do Instrumento Contratual. As entregas no âmbito da Ata de Registro de Preços poderão ocorrer de forma parcelada ao longo de sua vigência; todavia, cada solicitação individualizada (empenho) deverá ser atendida pelo fornecedor em remessa única.

6.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.1.3. Os bens deverão ser entregues na sede da GUARDA MUNICIPAL DE BELÉM - GMB, sito na Av. Duque de Caxias, nº 394 - Bairro: Marco CEP: 66093-026-Belém/PA. O horário para recebimento será das 08h30 às 15h00 de segunda a sexta – feira.

#### **6.2. Garantia, manutenção e assistência técnica**

6.2.1. O prazo de garantia dos coletes será igual ao fornecido pelo fabricante ou de no mínimo 05 (cinco) anos, o que for mais vantajoso para a Administração prevalecendo à garantia oferecida pelo fabricante dos mesmos, se for prazo superior, conforme estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.2.2. A garantia será prestada com vistas a manter os coletes fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante.

6.2.3. O serviço de assistência técnica em GARANTIA deve cobrir todos os procedimentos técnicos destinados ao reparo de eventuais falhas apresentadas nos equipamentos, de modo a restabelecer seu normal estado de uso, ajustes e reparos técnicos em conformidade com os manuais e normas técnicas especificadas pelo

FABRICANTE ou a troca técnica (substituição) de equipamento defeituoso por outro novo (sem uso), no mesmo modelo e padrão apresentado na PROPOSTA ou superior.

6.2.4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6.2.5. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

6.2.6. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

6.2.7. Na hipótese do subitem acima, o contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

6.2.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6.2.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do contratado.

6.2.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **7.2. Fiscalização**

7.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput**).

## **7.3. Fiscalização Técnica**

7.3.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 107.810, de 2023, art. 21, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º**, e Decreto nº 107.810, de 2023, art. 21, II);

Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 107.810, de 2023, art. 21, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 107.810, de 2023, art. 21, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 107.810, de 2023, art. 21, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 107.810, de 2023, art. 21, VII).

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Decreto nº 107.810, de 2023, art. 21, X).

## **7.4. Fiscalização Administrativa**

7.4.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto nº 107.810, de 2023, art. 22, I).

7.4.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 107.810, de 2023, art. 22, VI).

## **7.5. Gestor do Contrato**

7.5.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,



elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 107.810, de 2023, art. 20, IV).

7.5.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 107.810, de 2023, art. 20, II).

7.5.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 107.810, de 2023, art. 20, III).

7.5.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 107.810, de 2023, art. 20, VIII).

7.5.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 107.810, de 2023, art. 20, X).

7.5.6 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **8.1. Recebimento**

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, conforme a quantidade contratada, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze dias), a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.1.9. Deverá constar no corpo da nota fiscal os dados da conta bancária para pagamento, número do contrato ou convênio e o número da fonte de pagamento.

## **8.2. Liquidação**

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a- o prazo de validade;
- b- a data da emissão;
- c- os dados do contrato e do órgão contratante;
- d- o período respectivo de execução do contrato;
- e o valor a pagar; e
- f- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).



8.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **8.3 Prazo de pagamento**

8.3.1. O preço ajustado será total, fixo e definitivo, expresso em moeda corrente do país.

8.3.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias subsequentes ao fornecimento, mediante a apresentação da Fatura (Nota Fiscal) devidamente atestada e visada pelo setor competente, após conferência das quantidades e da qualidade do mesmo.

8.3.3. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, por meio de ordem bancária junto à agência bancária indicada na declaração fornecida pelo licitante, contados do recebimento definitivo dos equipamentos e mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/Comissão de Recebimento.

8.3.4. Será procedida consulta “On-Line” junto ao SICAF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT antes do pagamento, para verificação das condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS e da Previdência Social, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

8.3.5. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de Atualização Financeira de correção monetária de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de Atualização Financeira

TX = Percentual da Taxa de Juros de Mora Anual – 6% / Ano

VP = Valor da Parcela em atraso

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

#### **8. 4 Forma de pagamento**

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.4.6. No documento fiscal emitido pelo fornecedor deve ser observado, obrigatoriamente, o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte-IRRF obtido pelo percentual aplicado sobre o total da compra ou serviço, conforme determina o art. 2º, § 6º da IN RFB 1234/2012, alterada pela IN RFB 2145/2023. Quando houver a emissão de boleto e/ou fatura para pagamento o valor a pagar deve corresponder exatamente ao valor líquido considerando o abatimento da retenção IRRF.

8.4.7. Caso o fornecedor, no decorrer do contrato deixe de cumprir os requisitos legais para a imunidade, isenção ou não incidência do IRRF, deve informar formalmente tal condição à Guarda Municipal de Belém, por meio do fiscal e/ou gestor do contrato, sob pena de arcar com as penalidades legais.

### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização do procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, mediante o critério de julgamento por **Menor Preço**, com uso do instrumento auxiliar de **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO** com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

#### **9.2. Da aplicação da compra por LOTE**

9.2.1. A licitação, em lote justifica-se pela necessidade de garantir o cumprimento da demanda, das quais são integradas, dentro do contexto das ações da GMB, bem como garantir a celeridade, a eficiência e economicidade, evitando vários fornecedores, que poderão implicar em descontinuidade de algum contrato e prejudicar a eficiência e a economicidade. Reporta-se ainda o controle e a pontualidade no Fornecimento do Objeto.

9.2.2. Cumpre referendar que de acordo com o Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara –TCU, “Inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si”, características presentes no

objeto, pois o objeto é de uma mesma natureza e possui relação entre si o que difere é o valor; quanto ao lote, está agrupado por item e assim, terá sua adjudicação. Nesta senda, entendo que a licitação não restringirá o caráter competitivo da licitação, mas, assegurar, não só a mais ampla competição necessária e também, atingir a sua finalidade, que é a de atender com agrado às necessidades da Administração Pública.

9.2.3. Referenda-se que a adoção da adjudicação ocorrerá por ITEM em LOTE, por demonstrar ser mais vantajoso dessa escolha comparativamente ao critério usualmente requerido de adjudicação;

### 9.3. Da não aplicação de cota exclusiva reservada para ME, EPP e MEI

9.3.1. Na presente licitação, não será aplicada a reserva de cota para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. A decisão fundamenta-se na **natureza do objeto** (equipamento de proteção individual de segurança pública - coletes balísticos), que exige padronização rigorosa, alta complexidade técnica e certificações específicas (NIJ Standard e ReTex), conforme descrito no Termo de Referência, como também, pelo valor global da contratação ultrapassar o limite de R\$80.000,00 (oitenta mil reais) conforme estabelecido pelo artigo 48, I da Lei Complementar 123/2006.

### 9.4. Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será integral.

### 9.5. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### 9.6. Habilitação jurídica

9.6.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.6.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.6.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.6.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

9.6.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

9.6.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **9.7. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.7.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.7.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.7.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.7.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.7.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.7.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **9.8. Qualificação Econômico-Financeira**

9.8.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

9.8.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

9.8.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.8.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.8.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.8.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.8.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.8.8. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo até 10% do valor total estimado da contratação.

9.8.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.8.10. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## **9.10. Qualificação Técnica**

9.10.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.10.2. A comprovação de capacidade técnica será realizada individualmente para cada item.

9.10.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.10.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.10.5. Os documentos relacionados acima deverão estar emitidos em papéis timbrados dos Órgãos ou Empresas que as expediram.

9.10.6. Quando a proposta de preços e as declarações exigidas no edital forem assinadas por um preposto da empresa que não seja seu sócio administrador ou proprietário, o licitante também deverá enviar exclusivamente através do sistema Comprasnet, instrumento público ou particular de procuração ou

documento equivalente, com firma reconhecida, com poderes especiais para responder, formular ofertas e lances de preços, recorrer e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

9.10.7. A NÃO apresentação dos documentos acima referenciados nos prazos estabelecidos implicará na inabilitação do licitante.

9.10.8. O documento de confirmação no SICAF será anexado pelo Pregoeiro, à documentação original ou cópias autenticadas do licitante com proposta aceita no sistema Comprasnet.

9.10.9. Os documentos mencionados neste capítulo deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento da licitante, vigentes à época da abertura da licitação, podendo ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, ou por cópias não autenticadas, desde que sejam exibidos os originais para a conferência pelo Pregoeiro, ou por publicação em órgão de imprensa oficial. A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

9.10.10. Os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome do licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e o respectivo endereço.

9.10.11. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.10.12. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por tradutor juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.10.13. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.10.14. Os documentos relacionados à HABILITAÇÃO exigidos no edital deverão ser inseridos pelo licitante no SICAF.

9.10.15. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.10.16. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

9.10.17. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.10.18. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.10.19. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

9.10.20. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.10.21. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a)** ata de fundação;
- b)** estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c)** regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;



d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.10.22. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. DAS RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

10.1. Fornecer o objeto de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência, atendidos os requisitos e observadas às normas constantes deste instrumento;

10.2. Colocar à disposição da **CONTRATANTE**, os meios necessários à comprovação da qualidade dos itens, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito neste Termo de Referência;

10.3. Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;

10.4. Responsabilizar-se pela (s) garantia(s) do(s), objetos da licitação, dentro dos padrões de certificação de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor;

10.5. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamentos;

10.6. Em nenhuma hipótese poderá veicular publicidade acerca do objeto adquirido pela **SEGE/PMB**, sem prévia autorização;

10.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **SEGE/PMB**, ou pelo órgão participante, durante a vigência do contrato;

10.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.9. Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para aquisição dos objetos em até 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do § 1º do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### 10.1. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

São obrigações da **CONTRATANTE**:

10.1.1 Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das condições estabelecidas no Edital;

10.1.2 Rejeitar os objetos cujas especificações não atendam aos requisitos mínimos constantes neste Termo de Referência;

10.1.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio da comissão ou gestor, designado para este fim, de acordo com o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.4 Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da **CONTRATADA**, após a efetiva entrega dos itens e emissão dos Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo;

10.1.5 Designar comissão ou servidor, para proceder à avaliação de cada um dos itens que compõem o objeto



12.9.1. Advertência;

12.9.2. Multa;

12.9.3. Impedimento de licitar e contratar; e

12.9.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.10.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.10.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.10.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.10.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.10.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.11. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do Contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial:

12.12. Para as infrações previstas nos itens 12.2, 12.3, 12.4 e 12.5, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato licitado.

12.13. Para as infrações previstas nos itens 12.6, 12.7, 12.8, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato licitado.

12.14. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.15. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.16. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2, 12.3, 12.4 e 12.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.17. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.6, 12.7 e 12.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1, 12.2 e 12.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.18. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022.

12.19. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de

responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.20. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.21. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.22. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.23. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. A cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preço, será indicado expressamente a dotação orçamentária correspondente no instrumento contratual e anexado aos documentos orçamentários, nos termos da Lei 14.133/2021, identificando: Gestão/Unidade, Fonte de Recurso, Projeto Atividade, Elemento de Despesa.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Belém, 19 de março de 2026

Elaboração:

Versão ajustada  
30 de abril de 2026.

Victor Johann Fernandes Gusmão

Equipe de planejamento da contratação da GMB  
PORTARIA Nº 579/2025 – GMB/PMB

**APROVAÇÃO:**

INSPETOR GERAL ESAÚ DA CUNHA ARAÚJO  
Secretario Guarda Municipal de Belém  
Decreto de Nomeação nº 113.742/2025

## ANEXO I – A ESPECIFICAÇÕES

1. Para os efeitos deste documento, aplicam-se os termos e definições abaixo reproduzidos:

**1.1. Ameaça:** projétil utilizado no laboratório de ensaios para impactar o painel ou placa, representado por um calibre, em velocidade ou energia específicas, para avaliar desempenho na proteção balística do colete.

**1.2. Capa externa:** material que reveste os painéis balísticos seus invólucros com o principal objetivo de protegê-los e fornecer um meio de apoiar e prender o colete ao usuário. Geralmente não possuem resistência balística.

**1.3. Colete moldado:** colete flexível que possui molde na região do busto, para torná-lo mais ergonômico. Somente o painel frontal é moldado, sendo o painel dorsal idêntico ao seu colete associado.

**1.4. Colete não-moldado associado:** que possui materiais, características construtivas e dimensões equivalentes ao colete moldado, porém com painéis planos, flexíveis e sem molde.

**1.5. Colete de proteção balística:** equipamento de proteção individual que se destina a proteger o profissional de segurança pública contra disparos de arma de fogo, que podem ser flexíveis ou rígidos.

**1.6. Colete de proteção balística flexível ou colete flexível:** equipamento de proteção individual construído por painéis de proteção balística, que se destina proteger o profissional de segurança pública contra disparos efetuados com calibres de velocidade e energia compatíveis com armas de fogo de porte. Normalmente composto por dois painéis de proteção balística flexíveis, sendo um frontal e um dorsal, com seus respectivos invólucros e uma capa externa.

**1.7. Colete de proteção balística rígido ou colete rígido:** equipamento de proteção individual construído por placas, inserções ou acessórios rígidos, ou semirrígidos, de proteção balística e destina-se a proteger o profissional de segurança pública contra disparos efetuados com calibres de velocidade e energia compatíveis com arma de fogo portátil.

**1.8. Condicionamento da amostra:** condicionamento ambiental e mecânico da amostra antes de teste balístico, que consiste em exposição a condições especificadas de temperatura, umidade e danos mecânicos.

**1.9. Deformação do material de apoio ou deformação (Back Face Signature - BFS):** depressão no material de apoio causada por um impacto não perfurante. A deformação é mensurada a partir da maior distância perpendicular entre o fundo da depressão e a superfícies do material de apoio.

**1.10. Densidade de área:** massa por unidade de área do colete balístico.

**1.11. Ensaios balísticos:** compreendem os ensaios de perfuração e deformação e de limite balístico.

**1.12. Invólucro:** capa interna que envolve os painéis balísticos e os protege de fatores ambientais como umidade, chuva, luz ultravioleta, detritos, suor, poeira e de produtos químicos de limpeza como detergentes

domésticos, sabão em pó ou água sanitária, entre outras substâncias que possam danificá-lo, diminuir a sua vida útil ou capacidades balísticas e antitrauma.

**1.13. Limite Balístico:** para um determinado tipo munição, é a velocidade na qual se espera que o painel ou placa balística seja perfurado em 50% das vezes, sob a ótica probalística. O LB é normalmente indicado por V50.

**1.14. Material de apoio:** bloco homogêneo não endurecido, composto de argila ou plastilina base de óleo, que fica em contato com a parte de trás dos painéis ou placas durante os ensaios balísticos.

**1.15. Painéis acessórios de proteção balística:** são componentes de blindagem destacáveis ou removíveis do colete principal e se destinam a fornecer proteção balística o mesmo nível deste. São exemplos de partes do corpo protegidas pelos painéis acessórios: virilha, cóccix e lateral do corpo. Os painéis acessórios podem ser conectados ou inseridos na capa externa do colete, mas não são parte integrante dos painéis balísticos do colete.

**1.16. Painéis moldados:** painéis de colete balístico que não são planos, normalmente concebido para uso por mulheres.

**1.17. Perfuração:** qualquer impacto que transfixe o colete, criando um furo. Isso pode ser evidenciado pelo seguinte: (1) a presença de um projétil, um fragmento de projétil, ou um fragmento de painel ou placa no material de apoio; (2) um furo que passa pela placa ou painel e/ou material de apoio; ou (3) qualquer parte do projétil sendo visível no lado do corpo do painel ou placa.

**1.18. Placas de proteção balística:** têm por finalidade oferecer proteção contra traumas provocados por arma de fogo, conferindo ao colete o nível de proteção desejado, devendo ser normalmente rígidas. Podem ser confeccionadas em material cerâmico, lâminas de polietileno, minas de tecido de aramida, ou outros quaisquer materiais balísticos, inclusive com a combinação de materiais, à escolha do fabricante. Nessa norma também poderão ser chamados de placas balísticas, ou simplesmente placas.

**2. Em caso de discordância entre as especificações constantes no *comprasnet* e no Termo de Referência, prevalecerão estas últimas:**

### **COLETES DE PROTEÇÃO BALÍSTICA NÍVEL IIIA**

#### **3. CARACTERÍSTICAS GERAIS:**

**3.1.** Colete de proteção balística, nível III-A, conforme Norma Técnica Senasp Nº 003/2021 e legislações complementares, que possa ser utilizado de maneira ostensivo sobre o uniforme policial, fabricado nos tamanhos P, M e G composto por painéis balísticos flexíveis frontal e dorsal, revestidos por invólucros impermeáveis e capa externa ostensiva em configuração compatível com o emprego operacional;



**3.2.** O colete deve ser projetado para permitir um adequado ajuste ao corpo, para ser utilizado de maneira ostensiva, sobre o uniforme policial, de forma a não comprometer nenhuma área de proteção,

bem como não restringir a capacidade de mobilidade, articulação dos membros e postura do usuário, minimizando desconfortos, danos e lesões ocasionados em razão de sua utilização;

**3.3.** Os painéis flexíveis, dentro do prazo de validade, não podem sofrer desfiamento, esgarçamento, delaminação ou outro processo de deterioração de lâminas que comprometa a flexibilidade mínima exigida e sua performance.

**3.4.** Os invólucros devem possuir mesmo formato do seu respectivo painel balístico e ser construído por material impermeável, de alta tenacidade, devendo o seu arremate de fechamento ser feito de forma que, garantidamente, impeça a entrada de líquidos que possam contaminar ou comprometer a eficiência dos painéis balísticos. O tecido deve ser resistente e o acabamento das costuras e bordas deve ter padrão industrial que evite rasgos, desfiamentos da borda do tecido ou defeitos que possam ser atribuídos ao esforço causado pela massa (peso) do material painel balístico.

**3.5.** Todos os coletes de proteção balística deverão vir com 02 (dois) conjuntos de capa externa, de modo que forneça usabilidade, conforto e ergonomia ao operador, principalmente em missões prolongadas. A cor deverá ser definida pela instituição de origem;

**3.6.** Cada colete balístico deverá ser fornecido acompanhado de um manual ou cartão com informações de uso correto do produto, confeccionado em material de qualidade e de relativa resistência, contendo ainda instruções de conservação, limites de aplicação do material e nível balístico, em linguagem clara e de fácil compreensão ao usuário comum, em língua pátria;

#### **4. RESISTÊNCIA BALÍSTICA**

**4.1.** Os coletes de proteção balística são produtos controlados pelo Exército Brasileiro de acordo com a Portaria nº 18/2006 EB/MD e normas complementares, cuja classificação do nível de proteção referência de da Norma NIJ Standard 0101.04 ou Norma NIJ Standard 0101.06, do Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos da América, nos níveis I, II-A, II, III-A, III e IV, e são estabelecidas de acordo com o Relatório Experimental do Exército Brasileiro - ReTeX, sendo obrigatória a apresentação de RETEX, RAT ou o Certificado de Conformidade do Protótipo de Produtos Controlados pelo Exército (PCE), devidamente apostilados, conforme exigência da portaria 189-EME/2020.

## 5. PAINEIS BALÍSTICOS

**5.1.** Painéis balísticos compostos por duas peças, frontal e dorsal, constituídos por camadas de materiais flexíveis ou como um conjunto flexível, tendo como exemplo materiais à base de têxteis como aramida, polietileno, ou uma composição destes materiais, que se destina a proteger o usuário contra projéteis expelidos por armas de fogo, munições de calibres, equivalente ao nível III-A da norma técnica da Norma NIJ Standard 0101.04 ou Norma NIJ Standard 0101.06 do Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos da América, conforme estabelece a normativa da NT SENASP/MJ nº 003/2021, cujas características serão comprovadas mediante apresentação de certificado por Organismo de Certificação de Produto (OCP).

Classificação	Nº Ameaça	Ameaças	Massa do Projétil	Distância para o Colete	Máxima Deformação Material de Apoio (mm)	Velocidade de Ensaio para Coletes condicionados ao envelhecimento acelerado	Velocidade de Ensaio para coletes condicionados a submersão
Nível II	Ameaça 1	9 x 19 mm Parabellum - Encamisado total ponta-ogival (FMJ RN)	8,0 g (124 gr)	5 m ± 1	44	379 m/s ± 9 m/s	398 m/s ± 9 m/s
Nível II	Ameaça 2	357 Magnum - Ponta macia jaquetada (JSP)	10,2 g (158 gr)	5 m ± 1	44	408 m/s ± 9 m/s	436 m/s ± 9 m/s
Nível IIIA	Ameaça 1	357 SIG - Encamisado total ponta-plana (FMJ FN) ou 9 x 19 mm Parabellum - Encamisado total ponta-ogival (FMJ RN)*	8,1 g (125 gr) ou 8,0 g (124 gr)	5 m ± 1	44	430 m/s ± 9 m/s	448 m/s ± 9 m/s
Nível IIIA	Ameaça 2	44 Magnum - Semi-jaquetado ponta-macia (SJSP) ou 44 Magnum - Semi-jaquetado ponta-oca (SJHP)**	15,6 g (240 gr)	5 m ± 1	44	408 m/s ± 9 m/s	436 m/s ± 9 m/s
Nível IIIA	Ameaça adicional (±)	357 Magnum - Ponta macia jaquetada (JSP)	10,2 g (158 gr)	5 m ± 1	44	452 m/s ± 9 m/s	471 m/s ± 9 m/s
Nível III	Ameaça 1	7,62 x 51 mm - Encamisado total OTAN (NATO FMJ)	9,6 g (147 gr)	15 m ± 1	44	847 m/s ± 9 m/s	847 m/s ± 9 m/s
Nível III	Ameaça adicional (±)	5,56 x 45 mm - SS 109 Encamisado total (SS 109 FMJ)	4,0 g (62 gr)	15 m ± 1	44	915 m/s ± 9 m/s	915 m/s ± 9 m/s
Nível IV	Ameaça 1	30-06 Springfield - M2 Perfurante de blindagem (M2 AP)	10,8 g (166 gr)	15 m ± 1	44	878 m/s ± 9 m/s	878 m/s ± 9 m/s
Nível IV	Ameaça adicional (±)	7,62 x 51 mm - OTAN Perfurante de blindagem (NATO AP)	9,6 g (147 gr)	15 m ± 1	44	847 m/s ± 9 m/s	847 m/s ± 9 m/s

**5.2.** O colete de proteção balística de nível III-A deve obrigatoriamente integrar um dispositivo eletrônico do tipo “chip” ou “microchip” no padrão RFID (Identificação por Radiofrequência), contendo dados codificados vinculados ao lote, número de série e número do lote específico do colete. Estes dados devem ser inseridos na área central de cada painel do colete de proteção balística. Ademais, o dispositivo eletrônico deve garantir

sua operacionalidade e possuir uma capacidade mínima de armazenamento de dados/informações pelo período de 06 (seis) anos, tanto para sua funcionalidade quanto para fins de armazenamento. O fornecimento dos dados deve ser feito em uma planilha eletrônica compatível com o programa Microsoft Excel. Além disso, a leitura dos dados deve ser realizada por meio de um QR CODE, que pode ser escaneado por celulares ou por um leitor manual, a cada aquisição de 300 (trezentos) coletes. Estes dispositivos de leitura devem ser do tipo sem fio e devem ser fornecidos sem custos adicionais.

**5.3.** O recorte e dimensões dos painéis devem ser apropriados para uso policial, de acordo com as medidas e formas padronizadas nestas especificações, os modelos de tamanhos dos coletes balísticos devem ser estabelecidos de acordo com as necessidades das instituições de segurança pública, devendo ser considerado a altura e o índice de massa corporal do profissional, projetado com a abertura das cavas do painel frontal com distanciamento suficiente para permitir ao operador empunhar sua arma de fogo, bem como ter livre acesso ao punho dessa arma, caso esteja coldreada na cintura; extremidades inferiores do painel frontal com cortes diagonais para minimizar o contato do colete com o cinturão do policial, da realização dos movimentos de sentar, abaixar ou ajoelhar e, ainda, partes frontal e dorsal dos painéis com prolongamentos na região da cintura para prover proteção às laterais do tronco. Para fins dos ensaios deve ser considerado o previsto no método completo desta NT-Senasp/MJ nº 003/2021, os modelos de tamanho, assim como os limites de tolerância no dimensionamento, devem seguir o especificado no Apêndice "C" da norma NIJ 0101.06, que estabelece 05 (cinco) tamanhos/modelos distintos, no caso deste TR em conformidade com os tamanhos P e M.

**5.4.** Devem possuir a cada 05 (cinco) camadas subsequentes, a contar da 3ª (terceira) camada, numeração de fabricação da empresa, bem como a sigla que identifica o órgão contratante, em letra de forma com tamanho de fácil identificação, gravadas em tinta ou tecnologia que não se apague ou danifique com o tempo ou uso para identificação em caso de extravio, furto ou roubo.

**5.5.** A solução balística deve ter densidade de área máxima, considerado o painel balístico flexível sem o seu invólucro, de 4,8 kg/m², sendo admitido 10% de diferença para mais.

Tabela 1 - Colete Masculino

MODELO	TAM.	ÁREA DE PROTEÇÃO BALÍSTICA (m²)			PESO DA SOLUÇÃO BALÍSTICA (kg)	
		PAINEL FRONTAL	PAINEL DORSAL	ÁREA TOTAL	PESO (Kg) densidade de área máxima de	PESO (Kg) densidade de área máxima de 4,8 kg/m² - (tolerância

					4,8 kg/m <sup>2</sup>	de 10%)
<b>MASCULINO</b>	<b>P</b>	0,1498	0,1725	0,3223	1,547	1,701
	<b>M</b>	0,1720	0,1977	0,3697	1,775	1,952
	<b>G</b>	0,1955	0,2248	0,4204	2,101	2,312

## 6. INVÓLUCRO DOS PAINÉIS

**6.1.** As características técnicas do tecido revestidor (invólucro), dos painéis balísticos, exigem um desempenho hidrorrepelente na camada externa, garantindo uma impermeabilidade absoluta de 100%. adicionalmente, é fundamental que o material seja capaz de proteger a placa balística contra fatores ambientais adversos, como radiação UV/AB, exposição à chuva, contato com suor, imersão em líquidos e outros agentes potencialmente prejudiciais. Isso visa evitar qualquer forma de contaminação ou comprometimento da eficácia dos painéis balísticos.

## 7. CAPA EXTERNA

**7.1.** As capas externas para os coletes devem ser leves e adequadas para customização de ajustes pelo usuário final, garantindo ergonomia e vestibilidade, mantendo-se maleável, não alterando o conforto do uniforme.

**7.2.** O material de sua fabricação deve ser extremamente resistente à abrasão, resistir à erosão causada por ações como raspagem, fricção e outros desgastes mecânicos, permitindo que o material mantenha a sua integridade e sua forma original por mais tempo.

**7.3.** Para confecção das capas externas, deve-se utilizar três tipos de materiais, um para a face externa, outro para face interna de contato com o corpo e outro para compor as alças e abas de regulagem e ajuste ao corpo, todos de acordo com as características descritas nestas especificações.

**7.4.** As capas para acondicionamento dos painéis balísticos devem respeitar as medidas das folgas máximas de 1,5 cm (15 mm) em todo contorno;

**7.5.** Os bolsos formados pelos forros das capas frontal e dorsal devem abrigar os seus painéis balísticos de modo a ficarem totalmente guardados dentro desses bolsos, sem nenhuma parte aparente. Para tal, a abertura para inserção e remoção dos painéis balísticos deve estar localizada na região inferior da face interna da capa, disposta horizontalmente em toda sua extensão (conforme dimensões estabelecidas nas figuras 5 e 8 e tabelas 7, 8, 9 e 10 destas especificações), fechada por sistema de ganchos e argolas (tiras macho/fêmea) de forte ligação, na mesma cor da capa, com a face fêmea voltada para o corpo do usuário. O tecido da base

de sustentação desses bolsos deve ser o mesmo da face da capa a fim de proporcionar maior durabilidade, devido esse tecido suportar melhor o peso dos painéis balísticos, evitando o desgaste prematuro da capa;

**7.6.** Na região inferior da capa frontal deve haver três tiras de sistema de ganchos e argolas de forte ligação, do tipo fêmea, na mesma cor da capa, com disposição e medidas conforme desenho técnico das figuras 3 e 5 e tabelas 7 e 8 destas especificações, fixados com costuras laterais e internamente em “X” para reforço. Essas tiras servirão para fixação das abas laterais da capa dorsal e proporcionarão regulagem ao corpo do usuário;

**7.7.** Na região superior da capa frontal, altura dos ombros, deve haver duas tiras de sistema de ganchos e argolas de forte ligação, do tipo fêmea, na mesma cor da capa, sendo uma em cada ombro, com disposição e medidas conforme desenho técnico das figuras 3 e 5 e tabelas destas especificações, fixados superiores da capa dorsal e proporcionarão regulagem de altura no corpo do usuário;

**7.8.** Na extremidade superior da capa dorsal deve haver duas alças (uma de cada lado) para fixação ao sistema de fechamento gancho e argola (tiras fêmea) da capa frontal para regulagem de altura, confeccionadas em duas partes: a primeira em capa, costuradas internamente ao corpo da capa dorsal, entre os tecidos das faces externa e interna utilizados em sua confecção, com reforço em costura tipo travete; a segunda formada por sistema de ganchos e argolas de forte ligação, do tipo macho, na mesma cor da capa, recobertos por tecido de poliamida 6.6 (o mesmo da capa), fixados com costuras laterais e internamente em “X” para reforço.

Disposição e medidas conforme desenho técnico das figuras 6, 7 e 8 e tabelas 9 e 10 destas especificações;

**7.9.** Na parte inferior da capa dorsal deve haver duas abas laterais (uma de cada lado) para

fixação ao sistema de fechamento gancho e argola (tiras fêmea) da capa frontal para regulagem ao corpo do usuário, confeccionadas em duas partes: a primeira em tecido 93% poliamida 6.6 e 7% elastano na mesma cor da capa, costuradas na superfície de impacto da parte dorsal através de costura dupla, com costura tipo travete nas extremidades para reforço; a segunda formada por sistema de ganchos e argolas de forte ligação, do tipo macho, na mesma cor da capa, recobertos por tecido de poliamida 6.6 (o mesmo da capa), fixados com costuras laterais e internamente em “X” para reforço. Disposição e medidas conforme desenho técnico das figuras 6, 7 e 8 e tabelas 9 e 10 destas especificações;

**7.10.** O modelo e dimensões da capa externa devem estar conforme os desenhos mostrados nas figuras 3, 4, 5, 6, 7 e 8 e tabelas 5, 7, 8, 9 e 10 destas especificações, sendo admitida variação em até 0,5 cm para dimensões até 10 cm e variação em até 01 cm para dimensões acima de 10 cm.

#### **7.11. Da Face Externa da Capa Externa**

**7.12.** Toda área externa e inferior interna das capas (frontal e dorsal) deve ser confeccionada com tecido plano de poliamida 6.6 com estruturação do tipo *Honeycomb* (favo de mel) fios texturizados a ar, multifilamentados de média tenacidade e titulação comercial 300 Denier. O tecido deve apresentar contornos de fios duplos perpendicular com função *ripstop* em quadrados e contornos de fios duplos transversalmente com função *ripstop* em losangos na estrutura em tela para aumento de sua resistência, com acabamento hidrorrepelente para comportamento adequado às intempéries inerentes a sua utilização e fator de proteção UFP 40. O material de sua fabricação deve ser extremamente resistente à abrasão, resistir à erosão causada por ações como raspagem, fricção e outros desgastes mecânicos.

#### **7.13. Da Face Interna da Capa Externa**

**7.13.1.** As capas (frontal e dorsal) em sua área interna superior, voltadas ao corpo do usuário, devem possuir forro antialérgico e macio, com estrutura tridimensional (3D) em malha por trama (malharia circular), confeccionado na mesma cor do tecido da área externa da capa, sendo o lado direito (contato com o corpo) formado por fios multifilamentados, estruturação formada por fios de monofilamento e o lado avesso formado por fios multifilamentados, devendo apresentar alta permeabilidade ao vapor do suor, elevada absorção, acabamento antibacteriano para prevenção da formação de odores durante a utilização do colete balístico e resistência a abrasão

#### **7.14. Do Tecido Elástico da Capa Externa**

**7.14.1.** A parte elástica das alças e abas de regulagens (superiores e laterais) devem ser confeccionadas na mesma cor da capa por tecido plano com estrutura no padrão *ripstop* com contornos na transversal formando losangos, sendo similar ao tecido da área externa da capa, elastizado no sentido da trama.

#### **7.15. Costuras da Capa Externa**

**7.15.1.** As costuras de fixação dos sistemas de ganchos e argolas de forte ligação, do tipo macho e fêmea, bainhas e barra devem ser efetuadas em máquina reta de 1 agulha com ponto fixo;

**7.15.2.** Deve ser aplicado overlock nas costuras de fechamento e partes suscetíveis a desfiamento do tecido;

**7.15.3.** As abas laterais devem ser costuradas na superfície de impacto da capa dorsal através de costura dupla, com costura tipo travete nas extremidades para reforço;

**7.15.4.** Os sistemas de ganchos e argolas de forte ligação do tipo macho e fêmea costurados nas partes frontais (ombros e abdome) e dorsal (alças e abas) devem ser fixados com costuras laterais e internamente



em “X” para reforço a fim de proporcionar flexibilidade e tenacidade à peça, evitando o rompimento durante a abertura;

**7.15.5.** A capa deve estar completa, limpa, íntegra, montada corretamente sem dobras, franzidos e vincos e as suas costuras devem ser feitas com linha 100% poliéster de título 57±10 TEX, do tipo reta, de tal modo que não apresentem pontas, dobras, franzidos, torções ou pontos falhados, rompidos ou saltados, bainhas irregulares com sinuosidade (larguras acima de 3 mm) e costuras laterais de fixação das tiras do sistema de ganchos e argolas com sinuosidade (distância das extremidades da tira superior a 3 mm);

### **Identidade Visual da Capa Externa**

#### **7.16 Das Capas Externas:**

**7.16.1** As capas externas do colete de proteção balística deverão dispor de garantia mínima de 01 (um) ano, contra defeitos de fabricação, ser confeccionadas em nylon de alta tenacidade, 100% poliamida 66,500 denier, referência comercial Cordura 500 da Du Pont ou similar, na cor preta. As Capas deverão ser confeccionada em formato de envelopes, para uso ostensivo, com tamanho compatível para a inserção de seus painéis balísticos (frontal e dorsal), com suas respectivas capas internas, com seu fechamento em velcro combinando com os tecidos.

**7.16.2.** As capas externas deverão possuir regulagem nas laterais e nos ombros, através de tiras de 05 cm de largura confeccionadas em no mesmo tecido, devendo uma das extremidades serem confeccionadas em no mesmo tecido da capa e fixada através de costura interna na lateral e no ombro da capa.

**7.16.3.** Na capa externa do colete, no painel frontal lado esquerdo deverá levar o logotipo da **GMB**, que deverá ser bordado e na parte dorsal escrito “**GUARDA MUNICIPAL**” conforme abaixo nas imagens.

**7.16.4.** A Capa de Colete deverá vir acompanhada de “**VELCRO PARA TARJETA**”, para identificação do servidor, na parte frontal. 12cm de comprimento por 2,5 de altura. Deverá vir na parte frontal à logomarca da **PREFEITURA DE BELÉM**, conforme ilustração nas “**IMAGENS E SEUS ANEXOS**”.

#### **7.17. Da capa Sobressalente:**

**7.17.1.** Cada colete balístico deverá vir acompanhado de pelo menos 01 (uma) capa sobressalente, todas com proteção antimicrobial, devendo possuir no mínimo 01 (um) ano contra defeitos de fabricação, de idêntica confecção da capa externa, descrito no item 4.14 da presente especificação.

#### **7.18 . Das Etiquetas:**

**a.)** Todos os coletes deverão possuir duas etiquetas na parte externa (uma em cada superfície de contato com o corpo do usuário) e, uma etiqueta na face da capa interna de cada painel balístico (também na superfície de contato com o corpo).

**b)** As **ETIQUETAS DA CAPA EXTERNA** deverão conter as seguintes informações no idioma português, e forma legível e indelével, em cor contrastante:

Nome, logotipo ou outra identificação do fabricante;  
Dizeres alertando o usuário para consultar a etiqueta do painel balístico quanto à utilização e grau de proteção;  
Os cuidados com a capa;  
Propriedade da GMB;  
Modelo do Colete;  
Tamanho do colete;  
Certificado de conformidade com a Norma NIJ Standard 0101.04 ou NIJ Standard 0101.06;  
Data de fabricação e validade;  
Uso masculino.

**7.19** As Etiquetas da capa interna “DOS PAINÉIS BALÍSTICOS” deverão conter as seguintes informações no idioma português, de forma legível e indelével:

- a) Nome, logotipo ou outra identificação do fabricante;
- b) Uso masculino e feminino;
- c) Tamanho do colete;
- d) Nível de Proteção e Certificado de conformidade com a Norma NIJ Standard 0101.04 ou NIJ Standard 0101.06;
- e) Número de Série;
- f) Data de fabricação e data de validade da proteção balística;
- g) Munições que o colete suporta (calibre, velocidade, peso e características do projétil).
- h) Instruções de uso e conservação dos painéis balísticos

**7.20. DA GARANTIA DO PRODUTO:** Os painéis balísticos deverão ter garantia mínima de 05 (cinco) anos, no que se refere à validade do material utilizado na confecção dos painéis, contado a partir da data do recebimento do objeto, de forma definitiva, pela Guarda Municipal de Belém, desde que seguida às recomendações do fabricante.

**7.21. PROTOCOLOS DE ENSAIOS TESTES:** No tocante aos protocolos de ensaios e testes, bem como aos critérios de certificação dos coletes de proteção balística para profissionais de segurança pública, deverão estes guardarem conformidade com o método completo ou simplificado, a depender do esquema de certificação aplicado nos termos contidos na NT-SENASP nº 003/2021, que, “Estabelece os requisitos mínimos para coletes de proteção balística para profissionais de segurança pública, bem como os métodos para realização dos ensaios, de forma a garantir a segurança, a qualidade, o desempenho e a confiabilidade desses equipamentos de proteção, especificando os níveis de ameaça e os respectivos calibres aos quais um colete de proteção balística deve ser capaz de evitar perfurações ou deformações

para a atividade profissional de segurança pública.” Aprovada pela PORTARIA nº 281, de 21 de maio de 2021). publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 100, em 28 de maio de 2021, Seção 1, página 213.

### IMAGENS E SEUS ANEXOS

A empresa deverá entregar com a placa de peito esquerdo, a “Placa de Peito (GM) e deverá ser bordada diretamente na peça na parte frontal da capa de colete conforme imagem em anexo.

### PLACA DE PEITO BORDADO (GMB).

A Placa de Peito deverá ser bordada diretamente no lado ESQUERDO da capa do colete balístico, obedecendo as proporções de 7,5 cm de altura por 6,5 cm de largura conforme ilustra, IMAGEM 1.

IMAGEM 1



IMAGEM 2



Medida: 10 cm de Comprimento por 2 cm de altura.  
OBS: Essa logo virá logo em baixo da placa de peito GMB.



. Bordada a frase “GUARDA MUNICIPAL” diretamente nas costas na cor branca, fonte Arial conforme IMAGEM 3 e medidas constantes na FIGURA 1.

IMAGEM 3

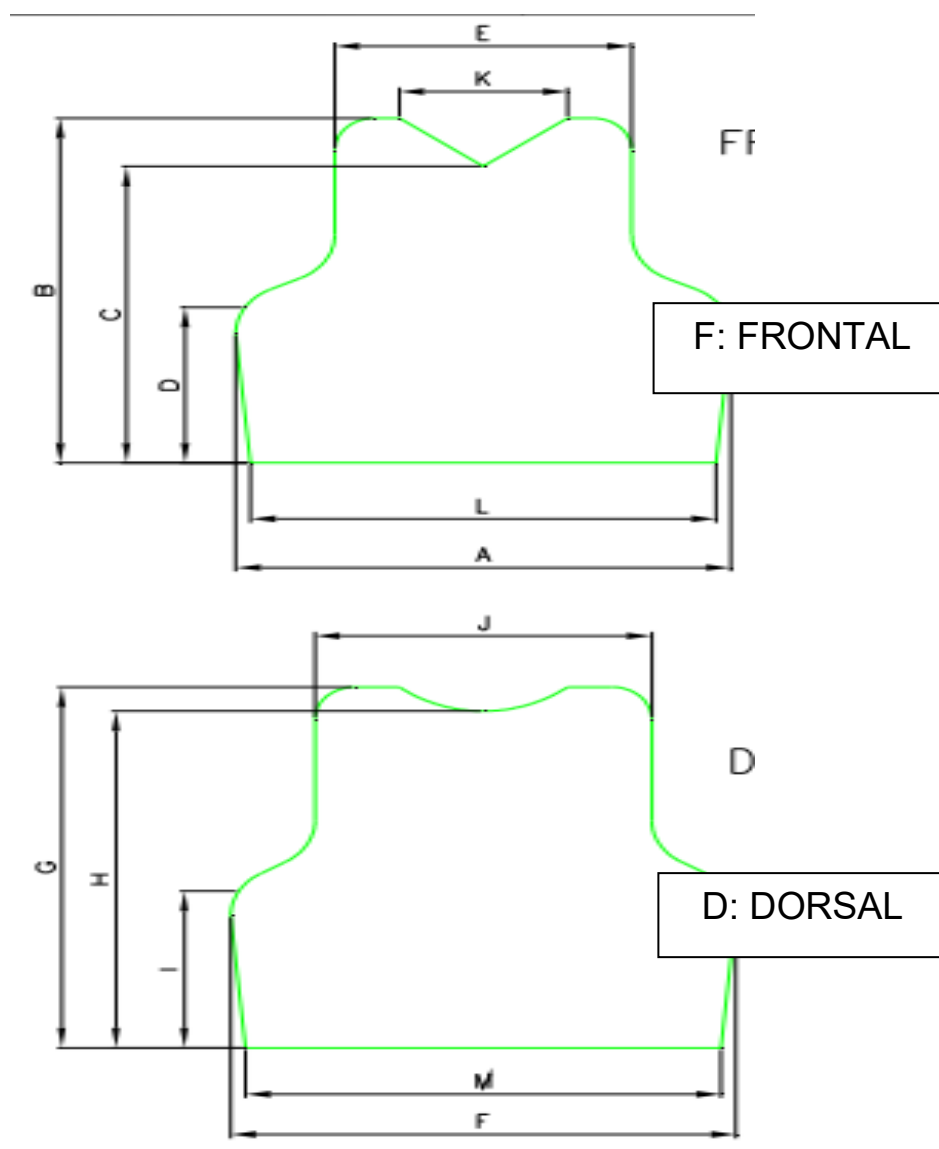


OBS: COR DA LETRA “BRANCA”.  
COR DA CAPA” PRETA”

## MEDIDAS DOS PAINÉIS BALÍSTICOS:

Painel Balísticos/Masculino

Painel balístico Frontal e Dorsal dos Coletes de Proteção Balística Nível III-A.



No tocante aos painéis balísticos MASCULINOS, o dimensionamento e os limites de tolerância deverão ser rigorosamente observados de acordo com o especificado no Apêndice "C" da norma NIJ 0101.06, conforme previsto pela Norma Técnica SENASP nº 003/2021.

Tamanhos e Correspondência:

Pequeno (P): Correspondente ao tamanho C2 da norma NIJ 0101.06.

Médio (M): Correspondente ao tamanho C3 da norma NIJ 0101.06.

Grande (G): Correspondente ao tamanho C4 da norma NIJ 0101.06.